



Organização partidária ao nível municipal: dinâmicas de poder nas eleições de 2016 em Curitiba

Bruno Bolognesi (brunobolognesi@gmail.com), Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná

Flávia Roberta Babireski (flaviababireski@gmail.com), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Paraná

GIPSAL

Grupo de Investigación de Partidos y Sistemas de Partidos en América Latina

Trabalho preparado para a apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP)

Montevideo
26 a 28 de julho
2017

Organização partidária ao nível municipal: dinâmicas de poder nas eleições de 2016 em Curitiba

Bruno Bolognesi*

Flávia R. Babireski**

Resumo: partidos controlados por uma elite centralizada nacionalmente dificilmente retratam o que se passa no cotidiano político brasileiro. O federalismo e as eleições locais ‘solteiras’ fornecem autonomia para que os partidos políticos possam utilizar critérios próprios na forma com que distribuem poder e recursos internamente. A partir de um *survey* aplicado a mais de 700 candidatos a vereador nas eleições de 2016 em Curitiba-PR discutimos a dinâmica de poder no interior dos partidos políticos em âmbito local. A hipótese aqui de que há uma convergência entre a estrutura do partido e a distribuição de recursos de poder. Ou seja, quanto mais estruturado o partido – maior número de filiados, maior quantidade de candidatos, maior antiguidade, i.e., maior infraestrutura – mais igualitária será a distribuição de recursos de poder. Segundo a literatura, isso seria esperado na medida em que estruturas formais e envolvimento de atores criaria interdependência entre as diferentes esferas do partido. Isso ocorreria tanto interna quanto externamente, na medida em que partidos políticos usualmente possuem ligações com entidades fora do mundo político-eleitoral. Os dados foram coletados durante a campanha eleitoral das eleições municipais últimas. Os resultados apontam para uma grande homogeneidade das organizações partidárias na direção do eleitoralismo e sem uma preocupação com as dinâmicas organizacionais. Os partidos que fogem desta regra são, em sua maior parte, legendas ideologicamente orientadas e que pagam o preço da derrota eleitoral ao não sucumbir os ditames do pleito típicos dos municípios brasileiros.

Palavras-chave: seleção de candidatos; organização partidária; democracia interna; eleições municipais; *survey*.

* Cientista político, professor do programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP/UFPR), coordenador do Laboratório de Análise dos Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS/UFPR – www.lapes.ufpr.br), pesquisador do Núcleo de Estudos dos Partidos Políticos Latinoamericanos (NEPPLA/UFSCar) e editor associado da *Revista de Sociologia e Política* (www.scielo.br/rsocp).

** Doutoranda em Ciência Política no programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Paraná (PPGCP/UFPR), bolsista CAPES, pesquisadora no Laboratório de Análise dos Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS/UFPR – www.lapes.ufpr.br) e editora executiva da *Revista Eletrônica de Ciência Política* (www.revistas.ufpr.br/politica).

I. Introdução

Estudar a como são escolhidos os candidatos de um partido político é saber de sua organização interna. Como um *proxy* da distribuição de poder no interior das legendas, entender de que forma são nominados aqueles que serão a face pública do partido revela as dinâmicas que privilegiam determinadas esferas partidárias e fornecem a estas mais ou menos recursos de poder.

Como uma das dimensões centrais da vida intrapartidária é o processo de escolha que os filiados de um partido passaram para se tornarem candidatos a um cargo eletivo. A forma do processo indica níveis de descentralização e inclusão, a depender do método de seleção, se por votação ou indicação, e de quem o operacionaliza, podendo ser realizado por um único líder partidário até através da participação dos eleitores.

A robustez organizacional de um partido é reflexo do seu grau de organização. Maior organização, maior tendência à legenda como um ator central na vida partidária. Um partido forte garante estruturas organizativas maiores e mais complexas, permitindo a continuidade dos partidos independente dos membros que a compõe. Partidos com menor institucionalização, ou seja, com menor complexidade organizativa, tornam-se mais dependentes das vontades de seus membros, ou até de seu líder.

A força organizativa é percebida no processo de seleção de candidatos. Em partidos com maior corpo organizacional, é esperado que o processo de seleção de seus candidatos opera por vias formais, com procedimentos claros e predeterminados. Ainda, que as estruturas sejam mobilizadas durante o processo resultando em processo mais inclusivos e mais descentralizados. Pouca complexidade organizativa torna mais difícil a mobilização de membros para processos decisórios internos, assim, estruturas menos robustas, levam a processos mais informais de seleção, mais descentralizados e menos inclusivos, pois ocorre concentrado na mão de poucos ou de um único líder.

Para analisar força organizacional dos partidos e sua relação sobre os aspectos do processo de seleção de candidaturas foram utilizados dados de um *survey* realizado no período eleitoral, de agosto a outubro de 2016, com candidatos a vereador no município de Curitiba/PR. Foram entrevistados 781 candidatos de todos os 34 partidos que disputaram a eleição. A pesquisa intitulada *Quem decide concorrer? Um estudo dos candidatos a vereador (e de seus partidos) em Curitiba nas eleições de 2016* foi realizada em parceria entre os grupos de pesquisa LAPeS (Laboratório de Análises de Partidos Políticos e Sistemas Partidários) e Observatório de Elites Políticas, ambos vinculados ao Departamento de Ciência Política da

UFPR (Universidade Federal do Paraná), o curso de graduação em ciência política da Uninter (Centro Universitário Internacional – Curitiba/Paraná), a graduação em ciências sociais da PUC-PR (Pontifícia Universidade Católica – Curitiba/Paraná) e jornal Gazeta do Povo.

Os dados sobre a força organizacional dos partidos políticos em nível municipal foram coletados junto ao TSE. Foram considerados para os dados aqui apresentados apenas os referentes ao nível municipal das agremiações, ou seja, apenas dados que circunscrevem a capital paranaense.

O artigo está estruturado inicialmente com a apresentação do debate teórico sobre seleção de candidatos e sobre força organizacional. Realizamos uma breve revisão de literatura apontando como a seleção de candidatos pode servir como um importante indicador de democracia interna nos partidos políticos. Em seguida relacionamos a seleção de candidatos com a infraestrutura partidária, insistindo na hipótese de que a estrutura do partido possui relação com a forma com que os atores partidários se comportam.

Na seção seguinte, a partir das variáveis da força organizacional dos partidos, explicamos a classificação dos partidos. Propomos a criação de um indicador capaz de medir a força organizacional do partido. Na sequência são apresentados os resultados da relação entre força organizacional e seleção dos candidatos. Por fim, esboçamos algumas considerações sobre os dados e examinamos a contra face do personalismo, ainda que seja um fenômeno severamente residual.

De saída percebemos que a hipótese por nós aventada não foi confirmada. O personalismo é o diapasão pelo qual os candidatos e os partidos se orientam para compor as listas eleitorais.

II. Seleção de candidatos, democracia interna e força organizacional

Como o objetivo do trabalho é inserir a relação entre democracia interna, entendida aqui como dimensões da seleção de candidatos, e força organizacional aqui apresentamos os dois conceitos centrais que se conectam entre si. O primeiro refere-se à seleção de candidatos como um *proxy* de democracia interna nos partidos políticos. O segundo refere-se à estrutura disponível para a mobilização dos *selectorates* e dos candidatos no momento pré e eleitoral.

O tema da democracia interna tem ganhado importância na medida em que os partidos políticos têm sido diagnosticados como carentes de representação política

(Scarrow, 1996; Daalder, 2007; Scarrow and Gezgor, 2010). Especialmente no Brasil os partidos com frequência são retratados como controlados por uma elite despreocupada com qualquer conexão entre partido e sociedade (Ames, 1995; Mainwaring and Torcal, 2005; Braga, 2008). Em situações de crise é comum que os partidos caminhem no sentido de recuperar sua legitimidade como representantes dos interesses da sociedade (Pennings and Hazan, 2001), abrindo espaços para participação e envolvimento nas atividades decisórias do partido. Isso foi especialmente verdade no movimento de ‘contágio pela esquerda’ descrito por Duverger (1980) quando da ascensão dos partidos de massa e adaptação dos partidos de quadro a estes.

Contudo, a inserção de um quantitativo na tomada de decisões garante democracia interna? Adriana Gallo (2005, 2011) ao estudar os processos de primárias eleitorais na América Latina, Pippa Norris (2004) ao analisar os partidos norte americanos ou Pennings e Hazan (2001) e Barnea e Hazan (2007) ao examinar o caso israelense apontam que nem sempre a inserção de grandes grupos de filiados e/ou simpatizantes nos processos de escolha de candidatos nos partidos políticos leva a resultados mais democráticos, seja do ponto de vista dos procedimentos executados, seja dos *outputs* resultantes do processo.

Para definir democracia interna seguimos a orientação de Freidenberg (2006) e de Bolognesi (2013) e tomamos a mesma como um procedimento mais ou menos inclusivo em momentos de decisões chave no interior dos partidos políticos. Isso significa que um partido que adote processos onde a decisão é distribuída entre vários níveis, será considerado mais democrático do que um que concentre a tomada de decisão na mão de um único líder.

Há ainda a discussão normativa sobre o conteúdo democrático dos procedimentos de tomada de decisão. Organizações partidárias podem ser extremamente inclusivas, permitindo que simpatizantes ou até filiados de outras legendas tomem parte do processo sem com isso garantir que minorias sejam representadas ou conteúdo representativo de setores ligados ao partido sejam devidamente contemplados. Freidenberg (2009) aponta que a diferença entre procedimento e conteúdo nem sempre pode ser tomada como critério para democracia interna já que, do ponto de vista da competição política, qualquer procedimento democrático deve contar com a incerteza como traço dominante dos resultados a serem estabelecidos. Ou seja, a engenharia institucional que reduz a incerteza dos resultados e leva à previsibilidade é por si só pouco democrática (Robertson, 1976, p. 23). Portanto, nosso foco aqui deve ser primariamente no processo e não no resultado da

nominação de candidatos. Apenas analisando o procedimento de seleção de candidaturas como uma forma de entender o equilíbrio e a distribuição de poder no interior dos partidos políticos é que poderemos falar em democracia interna.

Para isso nós analisaremos três dimensões da seleção de candidatos: i) quem seleciona; ii) como a seleção é realizada; e iii) onde a seleção é feita.

i) quem?

A maior parte da literatura que o processo de seleção é mais democrático na medida em que inclui a participação de atores partidários ligados à base do partido, especialmente filiados (Norris and Lovenduski, 1997; Rahat and Hazan, 2001; Gallo, 2005; Braga and Borges, 2008; Morgenstern and Siavelis, 2008; Rahat, Hazan and Katz, 2008; Bolognesi, 2013). Hazan e Voermann (2006) destoam um do debate ao afirmar que um bom indicador de democracia interna é aquele onde a seleção de candidatos é conduzida por atores intermediários do partido, como colégios de líderes ou de delegados. E Hazan e Rahat (2006) partem do pressuposto de que um resultado, um *output* mais democrático seria fruto de processos realizados por um único líder. Pensando em um continuum onde a seleção por eleitores é a mais inclusiva e a seleção realizada por um líder único a menos inclusiva, podemos testar hipóteses e derivar daí *outputs* que nos revelam sobre os partidos políticos como organizações que distribuem poder de forma desigual.

A inclusão de filiados e eleitores na decisão de quem vai representar o partido eleitoralmente é facilmente encarada como um parâmetro de democracia interna pela obviedade do procedimento. Quanto mais vozes escutadas, mais pessoas participando, maior a representatividade e legitimidade social do procedimento de escolha. Contudo, boa parte da literatura, como Gallo (2005), Gallagher e Marsh (1988), Gallagher (1980), Colomer (2007), apresenta a diluição da representação e a super autonomia das elites partidárias como traços mais marcantes dos processos de escolha conduzidos pelas bases dos partidos. Norris e Lovenduski (1997) chegam a dizer que as primárias americanas, exemplo clássico de seleção realizada por filiados e aderentes, são um notório caso de um recurso burocrático para resolver um problema de patronagem partidária, i.e., decidir quem será o líder que fornecerá os cargos estatais aos seu partido. A razão de tais críticas advém da sempre debatida teoria do eleitor médio (Robertson, 1976; Colomer, 2007, 2009), onde a necessidade de agregar as preferências médias reduz as probabilidades de representação de grupos minoritários ou de ter necessariamente um corpus de candidatos que desagradem o menos possível todos os selecionadores.

No outro extremo de quem escolhe, Hazan e Rahat (2010) vão afirmar que seleções conduzidas por um líder único ou um restrito grupo de líderes partidários tendem a beneficiar minorias muitas vezes excluídas do processo de nomeação de candidatos por não terem força política para disputa. Essa hipótese teórica faz sentido, mas possui duas falhas centrais. Isso só ocorreria na medida em que tivéssemos um líder que desejasse por si só atender às minorias. E o decorrente disso é que estamos tomando o resultado pela causa. O que nos leva a realizar uma interpretação diferente de ambas as posições consolidadas na literatura sobre seleção de candidatos e democracia interna.

A posição que sustentamos aqui é de que *selectorates* intermediários tendem a respeitar critérios de inclusividade mais equilibrados podem ser entendidos como mais democráticos tendo em vista as posições extremas. Ainda que não incluam grandes contingentes de decisores, não apresentam a desvantagem da direção ao eleitor médio e nem depende inteiramente da boa vontade do líder (Costa and Bolognesi, 2014). Portanto, candidatos selecionados por delegados ou por colégio de líderes tendem a ser mais democráticas do que as presentes nos polos extremos do continuum possível para a seleção de candidatos¹.

É preciso ressaltar que nossas suposições aqui expostas referem-se sempre à seleção de candidatos ao legislativo, como afirmamos na introdução. Sobre prévias e reformas nos procedimentos de escolha de candidatos a cargos majoritários ver Gallo (2011) e Morgenstern e Siavelis (2008).

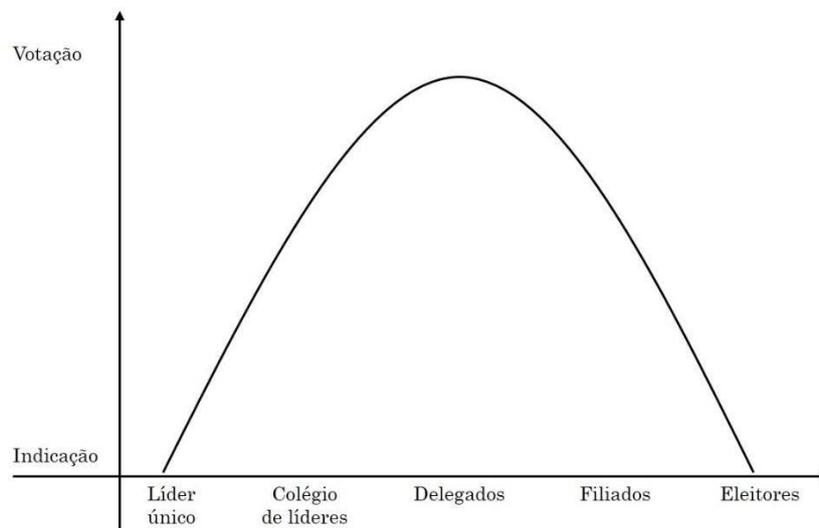
ii) *como?*

Muito mais breve do que a discussão anterior, a **forma** com que os candidatos são escolhidos se divide em duas: votação ou indicação. Parece bastante claro que escolhas realizadas pelo método de votação são democraticamente superiores à indicação. Seleções por votação oferecem maior imprevisibilidade e dão maiores oportunidades para que grupos alijados do centro partidário e eleitoral se lancem. Em sistemas de indicação é necessário que algum acesso à máquina partidária ocorra, deixando de lado oportunidades para aqueles que querem se fazer ver e terem seus nomes incluídos independente da

¹ Ainda, é possível, como lembram Panebianco (2005), Gallagher e Marsh (1988) e Obler (1974) que órgãos externos ao partido realizem a seleção dos candidatos ou de parte dos candidatos de determinado partido. Mesmo que o processo seja em si democrático, por exemplo com a extensa participação de membros de uma igreja ou sindicato ligado ao partido, ele não é considerado como inclusivo pois não se circunscreve no interior da organização partidária. Assim, para fins de análise de dados utilizaremos tal *selectorate* como equivalente à seleção por um único líder.

aprovação de setores do partido. É comum argumentar que a forma (como?) e o *selectorate* (quem?) sejam *overlapping processes*, já que seria impossível haver votação quando um candidato ou um grupo deles é selecionado por um líder único. Contudo este é o único caso em que isso ocorre, já que é possível encontrarmos seleções realizadas por algum filiado de destaque do partido ou um grupo de filiados que legitima a candidatura de determinado indivíduo.

Figura 1 – Modelo teórico da relação democracia interna X seleção de candidatos



iii) *onde?*

Normalmente se discute nos trabalhos sobre seleção de candidatos a centralidade geográfica do processo (Rahat and Hazan, 2001; Braga and Borges, 2008; Field and Siavelis, 2008; Morgenstern and Siavelis, 2008). No caso de nosso trabalho esta dimensão perde sentido. Como estamos analisando eleições municipais, não caberia aqui falar em centralização ou descentralização geográfica. Contudo, seria possível falar em descentralização organizacional (Bolognesi, 2013). Ou seja, de que modo uma legenda partidária mobiliza seus diversos setores para a seleção de seus futuros representantes.

Isso implica que a seleção de candidatos seja sempre sortida ou balanceada² (Hazan and Rahat, 2010; Bolognesi, 2013). Seleção sortida é aquela em que o mesmo corpus de candidatos é escolhido por diferentes *selectorates* no interior do mesmo partido. A seleção balanceada é aquela onde os diferentes *selectorates* possuem pesos desiguais para determinar a composição final da lista de candidatos, podendo atuar sobre um mesmo grupo de

² Ainda há a seleção do tipo multi-estágio, onde o mesmo candidato passa por diferentes *selectorates*. Mas este tipo nunca foi mencionada para processos ocorridos no Brasil.

candidatos ou sobre grupos diferentes que se somam no final. No caso brasileiro encontramos até hoje a seleção sortida, onde candidatos diferentes são selecionados alguns por filiados, outros por delegados outros por um líder, mas sem que estes tenham peso diferente na composição final da nominata de contentores.

Resumindo, partidos que mobilizam toda sua complexidade organizacional tendem a produzir relações clientelísticas e candidatos personalistas, onde imperam relações de lealdades fracas em relação ao partido (Hazan and Voerman, 2006). Hopkin (2001) no mesmo sentido argumenta que os processos onde muitos setores partidários se envolvem criam pouca organicidade, predominando processos em que os candidatos não conseguem orientar suas condutas em direção ao partido, mas sim em direção àquele grupo que o selecionou, seja um líder ou uma primária de filiados. Os resultados de processos altamente descentralizados são práticas onde o poder de barganha das minorias é diluído pelos laços personalistas e a lealdade é erodida por um *accountability* que não depende da agremiação que abriga os candidatos.

Passamos então para o segundo conceito que fundamentará a hipótese por nós apresentada. Força organizacional, infraestrutura partidária, ossatura partidária ou ainda organização formal dos partidos são formas diferentes de nos referirmos ao *hard frame* dos partidos políticos, à estrutura disponível para que se dê início às atividades partidárias, aquilo que é visível quando olhamos um partido inicialmente.

A força organizacional dos partidos é resultante do seu processo de institucionalização, são as estruturas que o partido dispõe. As estruturas são fundamentais para a vida partidária, são elas que garantem a sobrevivência do partido, independente de seus membros, são alicerces para a ação política (Tavits, 2013).

A despeito da terminologia sobre o conceito, o que importa dizer é que há alguma literatura que relaciona a força organizacional com a organização partidária (Calvo and Murillo, 2004; Sáez, 2005; Tavits, 2013). O pressuposto advém da relação entre complexidade organizacional e interdependência dos órgãos partidários. Na medida em que uma organização possui mais esferas envolvidas, maior quantidade de especializações, depende de realizações parciais de tarefas para concretizar um objetivo, o poder deixa de se concentrar e criar interdependência para a toma de decisões (Selznick, 1971; Panebianco, 2005). Em resumo, um partido mais complexo tende a ser mais democrático porque distribui melhor recursos de poder dentro de sua organização.

Deste modo é possível pensar que se temos uma força organizacional robusta, os partidos tendem a mobilizá-la para tomada de decisões. Partidos que possuem secretarias especializadas como de jovens, mulheres ou setoriais de movimentos sociais, sindicatos, religiosas, tenderão a contar com tais instâncias para conduzir suas ações. Por outro lado, legendas que não possuem tal complexidade ficam reféns sempre dos líderes ou do líder que comanda a agremiação.

É possível ainda, segundo Tavits (2013) e Calvo e Murillo (2004), que a força organizacional seja capaz de reduzir custos operacionais do partido político, principalmente em períodos eleitorais. Um partido que conta com um grande contingente de filiados já tem de saída maiores garantias para começar uma campanha eleitoral do que aquele que não o tem. Um partido que possui maior longevidade, que já passou por derrotas e vitórias, já esteve no governo e na oposição, possui maior capacidade para se adaptar aos contratempos e custos que eleições geram.

No caso da seleção de candidatos nossa hipótese teórica é que a força organizacional serve como parâmetro de mobilização de diferentes setores do partido, dando voz às instâncias partidárias como delegados e filiados ao invés de concentrar o poder nas mãos dos líderes partidários, como já encontrado Braga para o caso brasileiro (2008). Quanto maior a força organizacional, maior a distribuição de poder no momento da seleção de candidatos e, portanto, mais democracia interna esperamos encontrar nos partidos políticos analisados.

III. Força organizacional e seleção de candidatos nas eleições municipais de 2016 em Curitiba

Em toda literatura acerca da organização dos partidos políticos a relação entre as partes estruturais das legendas e a distribuição de poder foi colocada sempre de forma justaposta. É razoável que se pense deste modo, dado que uma teoria eurocentrada como a partidária, onde as formalidades dos partidos políticos imperam. Já para o caso da América Latina, e especialmente o Brasil, o que encontramos muitas vezes são processos onde regras não escritas dão o tom das decisões e instâncias informais jogam papel central na vida partidária (Levitsky *et al.*, 2004; Freidenberg and Levitsky, 2007; Levitsky, 2009).

Ou seja, seguimos aqui o conselho de Panebianco (2005) e não ficamos restritos aos estatutos dos partidos políticos. Mensuramos a força organizacional da seguinte forma: para se testar a hipótese que o porte da infraestrutura dos partidos influencia no tipo de

seleção, criamos um indicador de força organizacional. Todos os dados se referem ao ano de 2016, coletados junto no mesmo período da campanha eleitoral apenas em nível municipal para a República de Curitiba.

Compõem o índice as seguintes variáveis: i) filiados; ii) complexidade organizacional; iii) idade do partido; iv) quantidade de membros na estrutura local; v) presença de diretório ou comissão provisória.

Explicando cada variável:

- i) n de filiados: é a quantidade de filiados regulares que o partido possui no município. Reflete a capacidade do partido em mobilizar eleitores cativos e sua penetração naquele território;
- ii) complexidade organizacional: é a quantidade de instâncias que a estrutura local do partido possui, por exemplo: secretaria da juventude, setorial de mulheres, setorial sindical, como também estruturas especializadas como secretaria de comunicação; relações institucionais, etc. A complexidade aponta para a relação de interdependência no interior da organização. Espera-se que partidos com órgãos especializados tenham procedimentos de distribuição de poder que levem em conta tais estruturas, dando robustez ao rol exercido pela agremiação;
- iii) idade do partido: a longevidade indica a capacidade de sobrevivência da legenda independente de trocas de lideranças, e de entradas e saídas de governos. Isso demonstra a capacidade do partido para se adaptar à diferentes contextos políticos, mostrando que a organização está acima dos indivíduos que ela ocupam (Panebianco, 2005);
- iv) quantidade de membros na estrutura local: no mesmo caminho do indicador de complexidade organizacional, este indicador demonstra a capacidade de inserção de membros de um partido na sua burocracia. Quanto maior é quantidade de membros na estrutura mais este partido insere seus membros na sua estrutura, maior capacidade de fazer valer o peso da organização (Ribeiro, 2014);
- v) diretório *vs* comissão provisória: os diretórios são órgãos formais do partido, já as comissões provisórias são estruturas mais fracas e com menor poder de decisão, pois podem ser destituídas ou implantadas a qualquer momento pelas Executivas dos partidos (Braga 2008). Fica óbvia a relação entre possuir diretório partidário e ter maior força organizacional.

Para a construção do índice, cada um dos indicadores foi normalizado³ numa escala de 0 a 1. O resultado do índice se deu pela somatória dos cinco indicadores, com o resultado ponderado pela quantidade de variáveis que o compõe⁴.

A partir dos resultados, a classificação da força organizacional dos partidos ficou em: fraca, média e forte. A divisão por estratos foi construída a partir de grupos de desvio padrão. Os partidos que estão no estrato inferior (até um desvio padrão negativo em relação à média) são partidos com força organizacional fraca (até o mínimo de 0,2267). Partidos com força média (intervalo até um desvio padrão positivo) estão entre 0,2297 a 0,4627, as legendas acima de dois desvios padrões foram classificadas como organizacionalmente fortes.

Na distribuição dos candidatos nos estratos, o maior contingente está concentrado em partidos de média força organizacional, 44,1%, este grupo composto por 15 partidos. Partidos organizacionalmente fortes, totalizando cinco partidos, abrigam 14,7% dos candidatos. Os 14 restantes partidos são de fraca infraestrutura, apresentando 41,2% dos candidatos.

Quadro 1 - Força organizacional dos partidos políticos em nível municipal em 2016 e proporção de candidatos

fraca	média	forte
41,2%	44,1%	14,7%
PRB	PRP	
PR	PSTU	
PC do B	PMN	
SD	NOVO	
PSDC	PTC	
PT do B	PV	PDT
PHS	PP	PT
PPL	PMDB	PTN/PODE
PSL	DEM	PSDB
PEN	PCO	PPS
PSOL	PRTB	
PSD	PTB	
PMB	PSC	
REDE	PROS	
	PSB	

Fonte: LAPeS/UFPR

A força organizacional dos partidos seria determinante para o tipo de seleção empregada pelas legendas. Legendas fracas organizacionalmente, com baixa complexidade,

³ Para normalização utilizamos a seguinte conversão: $y = \frac{(x_i - x_{min})(b-a)}{x_{max} - x_{min}}$, onde x_i representa o valor a ser convertido, x_{min} o menor valor encontrado, x_{max} o maior valor encontrado, b o valor máximo da escala e a o valor mínimo da escala pretendida. No caso aqui $a = 0$ e $b = 1$.

⁴ $f = \frac{\sum_{i=0}^n x_i \Delta(0,1)}{n}$

buscariam seleções mais personalistas, pois na ausência de estruturas e recursos partidários, a estratégia seria apostar em recursos dos candidatos individuais. O oposto ocorreria em partidos fortes organizacionalmente. Com recursos e estruturas do partido os candidatos apresentados em suas listas seriam mais partidários, com maior identificação e lealdade a agremiação.

Relacionando a força organizacional com a seleção de candidatos apresentamos os resultados abaixo.

Na primeira dimensão vemos a dimensão da inclusividade da seleção, ou seja, *quem*⁵ selecionou os candidatos a vereador nas eleições municipais de Curitiba.

Tabela 1 – *quem* seleciona os candidatos por força organizacional nas eleições de 2016 em Curitiba

	força organizacional		
	forte	média	fraca
filiados	39.4%	36.3%	37.3%
delegados	20.6%	21.9%	18.7%
líder ou entidade	40%	41.8%	44%
N	160	306	284

coeficiente de contingência .044 p value .837
 fonte: LAPeS/UFPR

Como apontam os dados, para a primeira dimensão nossa hipótese não mostrou nenhuma consistência. Apesar de estarmos trabalhando com o quase universo dos candidatos que disputaram as eleições legislativa e isso nos permitir ignorar o *p value* (Figueiredo Filho *et al.*, 2011) não há qualquer relação entre a inclusividade do *selectorate* com a força organizacional dos partidos políticos em nível municipal. A coincidência é pelo contrário, de que todos os partidos utilizam de forma homogênea as diferentes esferas do partido não apresentando qualquer padrão estatisticamente significativo para ilações teóricas a partir dos dados. O único dado que chama atenção é a baixa participação de delegados em todos os tipos de partido político. Isso revela que o personalismo é de fato a tônica da política partidária municipal, poucos são os casos onde delegados operam estruturas de poder, escolhendo candidatos nas listas. Esse fato aponta para uma organização partidária em si

⁵ Para o processo de seleção a pergunta realizada para os candidatos foi: “*Qual a forma pela qual o(a) senhor(a) foi escolhido como candidato a vereador por seu partido?*”. Desta pergunta as opções de resposta contemplavam votação ou indicação de filiados ou delegados, indicação de líder do partido ou de entidade ligada ao partido. É desta pergunta que resultam os dados apresentados nas tabelas 1, 2 e 3.

enfraquecida, onde um mecanismo para a escolha dos candidatos seria necessário, apontando apenas para partidos de democracia interna muito frágil.

O que percebemos, por outro lado, é que este comportamento homogêneo pode estar ligado a fatores extrapartidários, como o sistema eleitoral. Se para os casos de deputados federais alguns trabalhos insistiram com razão em algum peso das legendas na seleção de candidatos (Álvares, 2008; Braga, 2008; Braga and Borges, 2008; Perissinotto and Bolognesi, 2009; Bolognesi, 2013) quando para a Câmara dos Deputados, outros tem alertado para o peso do sistema eleitoral em favorecer práticas personalistas e indiferenciação entre os partidos políticos no Brasil (Guarnieri, 2004; Samuels, 2008). Essa segunda vertente, mais pessimista, parece ganhar ainda mais força quando olhamos o comportamento dos partidos em nível local. Conforme apontam Barnea e Hazan (2007) seleções que não possuem um padrão claro onde o candidato sabe a quem se reportar, que não possuem uma unidade orgânica levam a comportamentos personalistas e práticas clientelísticas entre representantes e representados.

A segunda dimensão, *como* são selecionados os candidatos nas agremiações partidárias curitibanas é apresentada na tabela 2.

Tabela 2 – *como* é seleção por força organizacional nas eleições de 2016 em Curitiba

	força organizacional		
	forte	média	fraca
votação	28.1%	31%	23.2%
indicação	71.9%	69%	76.8%
N	160	306	284

coeficiente de contingência .078 *p value* .103
 fonte: LAPeS/UFPR

Do mesmo modo que a primeira dimensão, a de *como* são escolhidos apresenta um resultado que não oferece qualquer diferença entre o tipo de infraestrutura apresentada e a forma com que são nomeados para as listas os candidatos.

A homogeneidade do comportamento partidário é o tom, independente da infraestrutura que a legenda possui. Ainda que legendas com ossaturas fracas escolham seus candidatos mais por indicação do que seus pares, não é uma diferença que possamos entender como robusta. O que nos leva a crer que a resultante seja sempre um reforço dos comportamentos individualistas. Caso encontrássemos seleções sendo realizadas por

sistemas predominantemente de votação, poderíamos ao menos inferir que os níveis de democracia interna estavam sendo minimamente contemplados. Mas o que vemos é o peso de múltiplas indicações muito maior do que um sistema de eleição onde a representatividade teria chance de contemplar grupos que estão no partido, mas que não possuem relação pessoal com membros da organização (Rahat, Hazan and Katz, 2008).

Finalmente acerca da terceira dimensão da seleção de candidatos como um *proxy* de democracia interna temos a centralização do procedimento. Lembramos que não estamos aqui falando de centralização geográfica, já que todos os candidatos são escolhidos no mesmo nível da disputa eleitoral, respeitando a circunscrição onde a eleição ocorre. Tampouco estamos falando sobre descentralização social (Hazan and Rahat, 2010, chap. 4) onde encontramos a interferência de órgãos ligados ao partido na composição das listas. Tratamos aqui apenas da descentralização organizacional, ou seja, o quanto os partidos concentram o processo em uma das esferas da organização, filiados, delegados ou líder único. Para isso utilizamos o mesmo mecanismo de mensuração de concentração do indicador de Herfindahl-Hirschman que serviu de base para os indicadores consagrados na ciência política de fragmentação partidária e de número efetivo de partidos em suas variadas nuances.

Aqui replicamos para os diferentes *selectorates* a mesma fórmula de Laakso e Taagepera (1979) para mensurarmos a concentração de atores em cada tipo de partido.

Tabela 3 - NES por força organizacional dos partidos nas eleições de 2016 em Curitiba

	força organizacional		
	forte	média	fraca
número efetivo de <i>selectorates</i>	2,80	2,84	2,72

fonte: LAPeS/UFPR

Como era esperado já anunciado na tabela 1, os partidos não concentram poder em nenhuma face interna específica para a escolha de seus candidatos. A descentralização é bastante acentuada e quase todas as arenas mobilizadas selecionam candidatos. O resultado esperado deste comportamento são candidatos voltados para lealdades eletivas e não direcionadas aos partidos políticos.

Apresentamos então dois resultados que podem ou tentam responder se este é realmente o caminho perseguido pelos candidatos em seu comportamento político individual.

O primeiro resultado refere-se ao uso que o candidato faz do escritório ou do comitê do partido político em que concorre para a sua campanha eleitoral. Nós perguntamos aos candidatos a vereador: “Durante o período eleitoral, os candidatos se organizam de diferentes formas para realizar suas campanhas, utilizando escritórios do partido, escritórios próprios, etc. Qual é a forma que o(a) senhor(a) utiliza para seu comitê eleitoral?”.

Tabela 4 - força organizacional e utilização da estrutura partidária na campanha eleitoral de 2016 em Curitiba

		força organizacional		
		forte	média	fraca
comitê eleitoral	escritório do partido	33,8%	28,2%	28,8%
	escritório próprio	56,3%	58,2%	58,8%
	escritório do partido e também comitê próprio	10,0%	13,6%	12,4%
N		160	294	267

coeficiente de contingência .57 sig .668

fonte: LAPeS/UFPR

O resultado aponta que a maioria dos candidatos, independente se disputa o certame por uma legenda com forte estrutura ou fraca, opta por possuir escritório próprio. Em média 57,8% de candidatos preferem possuir seu próprio local para centralizar os esforços de campanha do que usar as dependências de seu partido. Por outro lado, não passa de 33,8% o uso do partido político como local de centralização da campanha dos candidatos, quando dos partidos com infraestrutura forte. Contudo, de forma comparativa, não há diferença entre os tipos de partido. A preferências geral é por utilizar uma estrutura de campanha que seja fora do partido ou partilhada entre partido e própria. Se somarmos os valores daqueles candidatos que utilizam de alguma forma comitê eleitoral individual a média é de 69,8% do uso da estrutura pessoal. Definitivamente a estratégia política dos candidatos a vereador depende muito mais de sua estrutura individual do que daquilo que o partido oferece.

Em seguida indagamos aos candidatos como eles pensam que o eleitor se comporta. A pergunta realizada por nós foi “Tendo em vista o comportamento do eleitor, o(a) senhor(a) acredita que ele vota:”.

Tabela 5 – Expectativa do voto e força organizacional dos partidos na eleições em 2016 de Curitiba

	força organizacional		
	forte	média	fraca

expectativa de comportamento do eleitor	personalista	97%	95.3%	95.8%
	partidária	3%	4.7%	4.2%
N		169	319	283

coeficiente de contingência .033 *p value* .653
fonte: LAPeS/UFPR

As opções de resposta eram se o eleitor vota por simpatia ou por adesão às ideias do candidato ou por simpatia ou adesão às ideias do partido. Para apresentação do dado agregamos simpatia e adesão e focamos apenas no destino final da intenção de voto, se no partido ou no candidato.

Como mostram os resultados é absolutamente acachapante a opção pelo voto no candidato. Se o candidato não acredita que seu eleitor atribuirá um voto nele por alguma aproximação com o partido a que ele pertence, por que então investir em campanhas, comportamento, imagem ou qualquer recurso que remete à legenda que está filiado? Isso não quer dizer que necessariamente o indivíduo independa do partido, já que cerca de um terço dos candidatos utilizam, por exemplo, o escritório do partido para suas atividades eleitorais. Mas no limite para onde a lealdade do candidato se direciona? Para a agremiação que lhe fornece posição na lista e algumas vezes sua estrutura ou o partido é uma formalidade e a lealdade é diretamente com os eleitores, estabelecendo uma relação personalista (Carey and Shugart, 1995; Samuels, 1997, 2008).

Por fim, tentando estabelecer a relação entre o partido político e o comportamento do candidato questionamos se o mesmo seria capaz de ceder de suas posições pessoais em vista do que o partido sugere. A questão foi a seguinte: “*Caso exista uma divergência pontual entre as orientações políticas do seu partido e as opiniões do(a) senhor(a), o senhor(a) prefere?*”.

Tabela 6 – conflito com o partido por força organizacional nas eleições de 2016 em Curitiba

	força organizacional		
	forte	média	fraca
manter a posição pessoal	72.8%	74.1%	75.1%
acatar a posição do partido	27.2%	25.9%	24.9%
N	162	309	281

coeficiente de contingência .019 *p value* .872
fonte: LAPeS/UFPR

O que os dados revelam é que há uma ampla e comum proporção de candidatos que preferem *manter a posição pessoal* do que *acatar a posição do partido* quando questionados sobre

um possível conflito entre estas duas dimensões. O que mostra que, no limite, a lealdade que está em jogo é em si mesmo. Possuir uma relação de cumplicidade com as posturas do partido político é claramente um comportamento desviante. Por um lado, a completa ausência do partido centralizado como ator no momento da seleção se reflete no comportamento dos candidatos. Por outro lado, não estamos imaginando que a disciplina partidária, especialmente em contexto eleitoral seja a mesma relatada por partidos dogmáticos Europeus (Hooghe, Stolle and Stouthuysen, 2004) ou que se aproxime dos modelos de partido de massa já descritos incansavelmente pela literatura partidária (Gunther and Diamond, 2003).

Contudo chama a atenção o contingente de pessoas que preferem manter sua posição pessoal e acreditam que este seja um traço positivo para o comportamento eleitoral. O que parece uma leitura sistêmica bastante acertada, na medida que os candidatos pensam no voto conforme apresentado na tabela 5.

Mas da onde então viriam estes indivíduos que manifestam adesão à posição do partido político e seriam capazes de desobedecer a si mesmos?

Tabela 7 – relação entre conflito com o partido e utilização da estrutura partidária nas eleições de 2016 em Curitiba

		comitê eleitoral	
		partido	próprio
em caso de divergência	manter a posição pessoal	68.9%	78.5%
	acatar a posição do partido	31.1%	21.5%
N		293	404

Phi -.108 *p value* .004
 fonte:LAPeS/UFPR

Os dados acima mostram que são justamente as pessoas que dependem da estrutura partidária as que mostram maior disciplina e lealdade em relação ao partido político ao qual pertencem. O indicador de Q de Yule, ainda que fraco, mostra que há uma associação negativa (-.108) e estatisticamente extrapolável ($p < .004$) entre *manter a posição pessoal* e *utilizar o partido como comitê eleitoral*. Independente da força organizacional, o que vemos aqui é que a estrutura do partido é capaz de conformar em alguma medida o comportamento dos agentes. Se os elementos como recrutamento endógeno, relação com bases sociais, penas aos indisciplinados e ideologia são frequentemente levantados para estabelecer níveis de partidarismo (Strom, 1990; Samuels, 1997, 2002; Melo, 2015, p. 368), o que observamos aqui é que a dependência da estrutura organizacional é um incentivo importante para comportamentos que estabelecem lealdades entre candidato e partido (Panebianco, 2005).

Cabe ressaltar que os incentivos seletivos podem ser distribuídos também na forma de estrutura para utilização em processos eleitorais, o que cria um ambiente onde o comportamento eleitoreiro pode ser substituído por um partidário (Melo, 2015, p. 371).

Em resumo, não são apenas os vínculos com a socialização ou a ideologia partidária que fazem com que os indivíduos se comportem de forma direcionada ao estabelecimento de lealdades com suas organizações. A dependência da infraestrutura também se revela um elemento importante para que os futuros representantes possuam comportamento coletivos e disciplinados. O que de forma bastante geral, tende a melhorar o nível de democracia interna, dado maior espaço para que a instituição subjugu o veio personalista das eleições municipais no Brasil.

IV. Considerações finais

Não há muito o que dizer acerca das diferenças entre os tipos de infraestruturas partidárias e os processos de democracia interna das legendas. Apesar de acreditarmos que o indicador de força organizacional foi capaz de agregar os partidos de uma forma que estes representem a realidade, não foi capaz de superar as imposições e necessidades das lógicas do localismo eleitoral e do sistema eleitoral brasileiro.

Não é preciso aqui retomar toda a relação de pontos que fazem com que o *institutional design* brasileiro conduza ao personalismo. Mas chama atenção o fato de essa ser a tônica nas eleições municipais. Em trabalhos sobre o processo de seleção de candidatos para eleições de deputados federais há algum espaço para o peso dos partidos políticos. Coisa que fomos incapazes de encontrar nos dados sobre as eleições de 2016 curitibanas.

A combinação entre processos realizados por múltiplos atores, por indicação com altos níveis de descentralização organizacional apenas se soma à tendência de inclinação personalista dada pelo nosso sistema eleitoral. Desse modo observa-se que nem a força organizacional nem a seleção de candidatos são capazes de desviar os representantes do destino da política personalista.

Ainda é preciso deixar claro que nossa hipótese não se confirma. Não há uma relação entre infraestrutura partidária e democracia interna. Os partidos são majoritariamente pouco democráticos, independentemente de seu matiz de força. Isso não quer dizer que não ocorram diferenças importantes. Mas quer dizer que os partidos políticos, ao menos em nível municipal nas eleições de 2016, foram reféns do viés personalista da política brasileira.

No resíduo de candidatos que apresentaram algum comportamento partidarista, o achado é que este está ligado justamente com a infraestrutura partidária. O que faz com que nossa hipótese despreze a democracia interna como variável interveniente, mas reforce a importância que a estrutura do partido tem em determinar o comportamento dos indivíduos, mesmo num contexto onde credita-se ao voto doses de personalismo altíssimas.

V. Referências utilizadas

Álvares, M. L. M. (2008) 'Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares', *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, 51(4), pp. 895–939.

Ames, B. (1995) 'Electoral Strategy under Open-List Proportional Representation', *American Journal of Political Science*, 39(2), pp. 406–433.

Barnea, S. and Rahat, G. (2007) 'Reforming Candidate Selection Methods: A Three-Level Approach', *Party Politics*, 13(3), pp. 375–394. doi: 10.1177/1354068807075942.

Bolognesi, B. (2013) 'A seleção de candidaturas no DEM, PMDB, PSDB e PT nas eleições legislativas federais brasileiras de 2010: percepções dos candidatos sobre a formação das listas', *Revista de Sociologia e Política*, 21(46), pp. 45–68.

Braga, M. do S. S. (2008) 'Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo', *Opinião Pública*, 14(2), pp. 454–485. Available at: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762008000200008&script=sci_arttext&lng=es.

Braga, M. do S. S. and Borges, T. D. P. (2008) *Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros*. Campinas.

Calvo, E. and Murillo, M. V. (2004) 'Who delivers? Partisan clients in the Argentine electoral market', *American Journal of Political Science*, 48(4), pp. 742–757.

Carey, J. M. and Shugart, M. S. (1995) 'Incentives to Cultivate a Personal Vote: A Rank Ordering of Electoral Formulas', *Electoral Studies*. Elsevier, 14(4), pp. 417–439. doi: 10.1016/0261-3794(94)00035-2.

Colomer, J. M. (2007) *Instituciones políticas*. 2°. Barcelona: Ariel.

Colomer, J. M. (2009) *Ciencia de la política*. Barcelona: Ariel.

- Costa, L. D. and Bolognesi, B. (2014) *Fronteiras sociais claras e organizacionais obtusas? Recrutamento e seleção de candidatos ao legislativo nacional e suas consequências nos grandes partidos políticos brasileiros em 2010*. Caxambu.
- Daalder, H. (2007) 'Partidos negados, obviados o redundantes? Una crítica', in Montero, J. R., Ghunter, R., and Linz, J. J. (eds) *Partidos políticos. Viejos conceptos y nuevos retos*. Madrid: Editorial Trotta, pp. 49–70.
- Duverger, M. (1980) *Os Partidos Políticos*. Brasília: Editora UnB.
- Field, B. N. and Siavelis, P. M. (2008) 'Candidate Selection Procedures in Transitional Politics: A Research Note', *Party Politics*, 14(5), pp. 620–639. doi: 10.1177/1354068808093393.
- Figueiredo Filho, D. B. et al. (2011) *When statistical significance is not significant?* São Carlos.
- Freidenberg, F. (2006) 'La democratización de los partidos políticos: entre la ilusión y el desencanto', in Thompson, J. and Sánchez, F. (eds) *Fortalecimiento de los partidos políticos en América Latina: institucionalización, democratización y transparencia*. San José de Costa Rica: IIDH.
- Freidenberg, F. (2009) '¿Qué es la democracia interna? Una propuesta de redefinición conceptual'. Ciudad de Mexico: Biblioteca Jurídica Virtual del Instituto de Investigaciones Jurídicas de la UNAM, pp. 277–295.
- Freidenberg, F. and Levitsky, S. (2007) 'Organización informal de los partidos en América Latina', *Desarrollo Económico*. Buenos Aires, 46(184), pp. 539–568.
- Gallagher, M. (1980) 'Candidate Selection in Ireland : The Impact of Localism and the Electoral System', *British Journal of Political Science*, 10(4), pp. 489–503.
- Gallagher, M. and Marsh, M. (1988) *Candidate selection in comparative perspective. The secret garden of politics*. London: Sage Publications.
- Gallo, A. (2005) 'La democracia interna en el ámbito partidario. Un estudio comparado en partidos latinoamericanos', *Reflexión política*, pp. 26–39. Available at: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1961902>.
- Gallo, A. (2011) *Internas abiertas y representatividad democrática: análisis y comparación de los casos pioneros en América Latina*. Buenos Aires: Prometeo.
- Guarnieri, F. (2004) *Partidos, seleção de candidatos e comportamento político*. Universidade de São Paulo.

Gunther, R. and Diamond, L. (2003) 'Species of Political Parties: A New Typology', *Party Politics*, 9(2), pp. 167–199. doi: 10.1177/13540688030092003.

Hazan, R. Y. and Rahat, G. (2006) 'The influence of candidate selection methods on legislatures and legislators : Theoretical propositions , methodological suggestions and empirical evidence', *The Journal of Legislative Studies*, 12(3), pp. 366–385.

Hazan, R. Y. and Rahat, G. (2010) *Democracy within Parties: candidate selection and their political consequences*. Oxford: Oxford University Press. doi: 10.1093/acprof:oso/9780199572540.001.0001.

Hazan, R. Y. and Voerman, G. (2006) 'Electoral systems and candidate selection', *Acta Politica*.

Hooghe, M., Stolle, D. and Stouthuysen, P. (2004) 'Head Start in Politics: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders)', *Party Politics*, 10(2), pp. 193–212. doi: 10.1177/1354068804040503.

Hopkin, J. (2001) 'Bringing the Memebers Back in Democratizing Candidate Selection in Britain and Spain', *Party Politics*.

Laakso, M. and Taagepera, R. (1979) "“Effective” number of parties. A measure with application to West Europe', *Comparative Political Studies*, 12(1), pp. 3–27. doi: 10.1016/S0261-3794(97)00003-6.

Levitsky, S. *et al.* (2004) 'Elecciones sin democracia', (24), pp. 51–65.

Levitsky, S. (2009) 'Institutionalization: unpacking the concept and explaining party change', in Collier, D. and Gerring, J. (eds) *Concepts and methods in social science: the tradition of Giovanni Sartori*. Oxford: Routledge, pp. 315–328.

Mainwaring, S. and Torcal, M. (2005) 'Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização', *Opinião Pública*, XI(2), pp. 249–286.

Melo, C. R. (2015) 'Avaliando vínculos entre partidos e deputados nas Assembleias Legislativas brasileiras', *Opinião Pública*, 21(2), pp. 365–392. doi: 10.1590/1807-01912015212365.

Morgenstern, S. and Siavelis, P. M. (2008) 'Pathways to power and democracy in Latin America', in Siavelis, P. M. and Morgenstern, S. (eds) *Pathways to power: political recruitment and candidate selection in Latin America*. University Park, PA: Pennsylvania State University Press.

- Norris, P. (2004) *Building political parties : reforming legal regulations and internal rules*.
- Norris, P. and Lovenduski, J. (1997) 'United Kingdom', in Norris, P. (ed.) *Passages to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 158–186.
- Obler, J. (1974) 'Intraparty Democracy and the Selection of Parliamentary Candidates : the Belgian Case', *British Journal of Political Science*, 4(2), pp. 163–185.
- Panebianco, A. (2005) *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Pennings, P. and Hazan, R. Y. (2001) 'Democratizing candidate selection: causes and consequences', *Party Politics*, 7(3), pp. 267–275.
- Perissinotto, R. M. and Bolognesi, B. (2009) 'O recrutamento político no PT e no PFL paranaenses nas eleições de 2006: sugestões de pesquisa', *Mediações*, 14(1), pp. 143–169.
- Rahat, G. and Hazan, R. Y. (2001) 'Candidate Selection Methods: An Analytical Framework', *Party Politics*, 7(3), pp. 297–322. doi: 10.1177/1354068801007003003.
- Rahat, G., Hazan, R. Y. and Katz, R. S. (2008) 'Democracy and Political Parties: On the Uneasy Relationships between Participation, Competition and Representation', *Party Politics*, 14(6), pp. 663–683. doi: 10.1177/1354068808093405.
- Ribeiro, P. F. (2014) 'An Amphibian Party? Organisational Change and Adaptation in the Brazilian Workers' Party, 2012', *Journal of Latin American Studies*, 46(1), pp. 87–119. doi: 10.1017/S0022216X13001831.
- Robertson, D. B. (1976) *A theory of party competition*. Bristol: John Wiley & Sons.
- Sáez, M. A. (2005) *¿Instituciones o máquinas ideológicas? Origen, programa y organización de los partidos políticos latinoamericanos*. Barcelona: ICPS.
- Samuels, D. (1997) 'Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil', *Dados*, 40(3). doi: 10.1590/S0011-52581997000300008.
- Samuels, D. (2002) 'As Bases do Petismo', X, pp. 221–241.
- Samuels, D. (2008) 'Political Ambition, Candidate Recruitment and Legislative Politics in Brazil', in *Pathways to Power Political Recruitment and Candidate Selection in Latin America*.

University Park: The Pennsylvania State University Press, pp. 76–91.

Scarrow, S. E. (1996) *Parties and their members*. Oxford: Oxford University Press.

Scarrow, S. E. and Gezgor, B. (2010) 'Declining memberships, changing members? European political party members in a new era', *Party Politics*, 16(6), pp. 823–843. doi: 10.1177/1354068809346078.

Selznick, P. (1971) *A liderança na administração: uma interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Strom, K. (1990) 'A Behavioral Theory of Competitive Political Parties', *American Journal of Political Science*, 34(2), pp. 565–598.

Tavits, M. (2013) *Post-communist democracies and party organization*. Cambridge: Cambridge University Press.